

Pressões Renovadas

Negociações internacionais têm um ponto em comum: a concessão mútua para se chegar a um acordo satisfatório. A dívida externa brasileira — US\$ 115 bilhões, dos quais US\$ 52 bilhões devidos aos bancos privados — é um campo enorme para concessões. Os governos anteriores cediam muito nas cartas de intenção, mas não cumpriam as promessas. Vieram as moratórias tácitas, de fins de 82 e de abril a agosto de 83, e as declaradas, de fevereiro de 87 e setembro de 89, com os US\$ 8 bilhões de juros atrasados só agora começando a ser pagos pelo Brasil.

O governo Collor decidiu encarar com seriedade a renegociação da dívida externa. Ao mesmo tempo em que oferece aos credores amplo leque de opções, para reduzir os encargos da dívida no balanço de pagamentos e nas finanças públicas, submete-as a um duro programa de saneamento, que se completará com as mudanças propostas na Constituição.

O realismo do governo evitou o compromisso com algo que, se fosse cumprido nos termos desejados pela comunidade financeira (receber o máximo possível no mais breve tempo), prolongaria a agonia de dez anos de recessão econômica e regressão social para a imensa maioria da população brasileira. Ceder nesse princípio, seria muito perigoso.

Banqueiros são gerentes empresariais, cuja responsabilidade é oferecer o maior lucro aos acionistas. Nenhum banco, no entanto, pode pretender auferir lucros astronômicos à custa da asfixia financeira do cliente. Banco é feito para emprestar dinheiro e administrar o retorno do principal e dos juros. De execução em execução dos clientes, cedo ou tarde, desapareceriam da praça os potenciais tomadores de crédito, pois o patrimônio da economia seria acumulado pelos bancos.

Nas negociações com países soberanos a situação é bem mais complexa. Para começar, não se declara a falência. Há, ainda, a responsabilidade política dos países do Primeiro Mundo (executores das políticas fiscal e monetária que regulam o fluxo de dinheiro em circulação, em parte reemprestado pelos bancos aos países em desenvolvimento).

A crise da dívida externa de 82, por exemplo, tem nítida relação com o aperto da política monetária pelo Federal Reserve (elevando os juros até 20% ao ano, em 1980) para compensar o descontrole fiscal

do Tesouro dos Estados Unidos, em plena expansão de gastos na corrida armamentista contra a URSS, em especial o programa *Guerra nas Estrelas*.

Essa responsabilidade americana tem sido reconhecida desde 1985, quando foi apresentado o Plano Baker, e se ampliou com o Plano Brady, que prevê a participação do Tesouro americano na redução do valor da dívida dos países em desenvolvimento. Por isso, o presidente Fernando Collor manifestou diretamente ao presidente George Bush, segunda-feira, em Nova Iorque, que o Brasil não tem condições de pagar mais do que originalmente propôs aos bancos credores, em 21 de agosto.

Os bancos sugerem várias mudanças nas cinco opções de renegociação. Todas convergem para um aumento insuportável nos desembolsos futuros de divisas. Por exemplo, nos bônus de juros flutuantes, com taxas fixas nos primeiros anos, em vez dos 2,5% ao ano, nos primeiros dois anos, o Brasil deveria pagar 4% (o Brasil propôs pagar 3,75% nos terceiro e quarto anos), e que os juros de mercado (que o Brasil só aceita pagar a partir do sétimo ano) comecem a valer dois anos antes.

Os bancos só aceitam um desconto máximo de 32,5% (intermediário entre os 35% oferecidos ao México e aos 30% da Venezuela) para os bônus de desconto, quando o Brasil solicita 37,5%. As exigências mais pesadas são para que o governo brasileiro aceite a capitalização temporária dos juros mais baixos nos primeiros anos e a extensão da garantia do principal aos juros no caso dos bônus de 30 anos do Tesouro americano oferecidos como colateral, sem desconto, aos atuais papéis da dívida. O Brasil pretendia utilizar US\$ 1,1 bilhão do FMI e do Banco Mundial para adquirir esses bônus, por 15% do valor de face.

Se o Brasil cedesse às novas exigências, não sobraria dinheiro para cumprir o serviço da dívida e, ao mesmo tempo, manter reservas cambiais para quatro meses de importações, limite estabelecido pelo Senado, que tem poderes para decidir sobre o assunto. O presidente Bush está às voltas com problemas emergenciais, como o desafio do Iraque às decisões da ONU, a Conferência de Paz do Oriente Médio e a guerra civil iugoslava. Mas não pode esquecer que o sucesso da sua *Iniciativa para as Américas* depende fundamentalmente do futuro do Brasil.